

Por Antonio Penteado Mendonça

Grandes desastres têm em comum a destruição em países ricos ou pobres; diferente é o que acontece após tornados e terremotos em um país mais desenvolvido



Qual o ponto em comum entre o tornado que varreu Xanxerê e o terremoto que do Nepal? Os dois são considerados atos de Deus, mas há mais um ponto, esse bem humano, que une as duas tragédias: pessoas sofreram prejuízos.

Prejuízos de todas as ordens, dentre as quais a perda de bens tem impacto imediato menor. O que é uma casa diante da morte do chefe da família? Mais triste ainda, o que é uma casa diante da morte do filho mais moço do chefe da família?

Realidades concretas, no Brasil e no Nepal. No país tropical e no país que vê o mundo do alto. Não há como fugir do luto, da dor imensa da perda do ente querido e, depois, da dor imensa da perda do patrimônio, às vezes amealhado por gerações.

Não é preciso um ato, um gesto, uma omissão. O simples fato de estar no lugar errado, na hora errada é suficiente para desencadear a tragédia, destruir a harmonia e a felicidade, a existência de uma perspectiva, de um sonho, da perenidade da família.

O grande elo unindo Brasil e Nepal, neste momento, é a destruição causada pela força incontrolável da natureza em ação. Destruição que traz ao grupo o Chile, onde um vulcão, depois de 40 anos adormecido, entrou em erupção.

Não há espaço para perguntas. Há apenas o espanto diante do inesperado e o medo diante do inevitável. Rico ou pobre, quem é o ser humano diante das forças da natureza? No máximo, o micróbio na pulga no pelo do cachorro.

Mas se não há discussão sobre o que esses três fatos têm em comum, há discussão naquilo que eles não têm em comum com o que aconteceria num país mais desenvolvido.

Vale salientar que o Chile está mais próximo das nações ricas e, por isso, os grandes eventos de causas naturais que invariavelmente varrem seu território têm esquemas de proteção mais eficientes. Ou, se não é possível limitar a violência dos eventos que se abatem sobre o país, a própria consciência da população leva à contratação de seguros que minimizam as perdas deles decorrentes.

Não tenho o menor conhecimento da política de seguros do Nepal, mas a se levar em conta a pobreza do país, é de se imaginar que a população depende muito mais do poder das orações do que de medidas práticas, destinadas a limitar os prejuízos. Mas o realmente triste é que o Brasil,

oitava economia do mundo, um dos Brics, com aspirações a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, neste aspecto, não difere muito do Nepal.

A população brasileira também depende muito mais dos seus santos, rezas e milagres do que de políticas sérias, desenvolvidas para minimizar a exposição do ser humano aos eventos de causas naturais.

Não há nem sequer seriedade no trato das tragédias já acontecidas. Até hoje, uma grande parte dos danos sofridos pela região serrana do Rio de Janeiro alguns anos atrás continua sem qualquer atenção por parte dos governantes.

Além disso, não há nenhum programa oficial de incentivo aos seguros para esses ou qualquer outro tipo de risco, que seriam a ferramenta mais adequada para a minimização dos prejuízos, depois da ocorrência de eventos inevitáveis, como um tornado, uma tempestade de verão ou uma longa estiagem, todos fenômenos recentemente acontecidos, sem que tenham recebido real atenção das autoridades.

O mais espantoso é que o Brasil tem à disposição da sociedade uma série de garantias de seguros para fazer frente a boa parte dos eventos de causas naturais, especialmente os de origem climática. Os pacotes residenciais e empresariais oferecem em suas garantias cobertura para queda de raio (o Brasil é campeão mundial), chuvas fortes, granizo, tempestades, furacões e tomados. E verdade, não temos à disposição da população seguros contra inundações, alagamentos e deslizamentos.

A razão está na pouca penetração do seguro e na consequente seleção de riscos, que feria com que apenas os riscos certos buscassem o seguro. Mas mesmo estas garantias não são impossíveis de serem disponibilizadas. Elas existem nos países ricos, não haveria problemas maiores em trazê-las para cá.

A população brasileira depende muito mais dos seus santos, rezas e milagres do que de políticas sérias.

Fonte: O Estado de São Paulo, em 04.05.2015.